



## Acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior do Brasil

Access and permanence of people with disabilities in higher education in Brazil

Acceso y permanencia de personas con discapacidad en la educación superior en Brasil

Ellian Robert Vale Santos<sup>1,2</sup>, Saimon Leitão<sup>1,2</sup>, Nayra Luanny Cunha de Andrade Silva<sup>2,3</sup>, Luka Martins Garcês<sup>2,3</sup>, Carlos José Moraes Dias<sup>1,2,4</sup>, Andressa Coelho Ferreira<sup>2</sup>, Rachel Melo Ribeiro<sup>1,2,4</sup>, Cristiano Teixeira Mostarda<sup>1,2,4</sup>, Carlos Alberto Alves Dias Filho<sup>2,5,6,7</sup>, Nivaldo de Jesus Silva Soares Junior<sup>2,3,4</sup>.

### RESUMO

**Objetivo:** Identificar as dificuldades de acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior do Brasil. **Métodos:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura nas bases de dados Literatura Latino Americana e do Caribe (LILACS), Portal de periódicos CAPES e Scientific Electronic Library Online (SCIELO), realizada no período entre dezembro de 2023 e janeiro de 2024. Foram utilizados os descritores “Acesso e permanência” AND “Pessoas com deficiência” AND “Ensino Superior” AND “Políticas públicas” AND “Brasil”. **Resultados:** A amostra final foi composta por 09 (nove) artigos, os quais apontaram os principais fatores que influenciam no acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior do Brasil. A desigualdade no acesso à educação no Brasil é agravada por fatores como renda, idade, região e falta de preparo dos educandos. No ensino superior, as barreiras enfrentadas pelas PcDs incluem obstáculos de acessibilidade física, falta de materiais adaptados e, significativamente, a presença de preconceito. **Considerações finais:** É possível considerar que a legislação brasileira avançou significativamente na garantia dos direitos educacionais das pessoas com deficiência (PcD), principalmente no contexto do ensino superior. Entretanto, apesar dos avanços, a realidade ainda enfrenta barreiras que demandam atenção e ação contínua.

**Palavras-chave:** Pessoas com deficiência, Ensino Superior, Políticas públicas, Brasil.

### ABSTRACT

**Objective:** Identify the difficulties in accessing and remaining for people with disabilities in higher education in Brazil. **Methods:** This is an integrative review of the literature in the Latin American and Caribbean Literature (LILACS), CAPES journal portal and Scientific Electronic Library Online (SCIELO) databases, carried out between December 2023 and January 2024. The descriptors “Access and permanence” AND “People with disabilities” AND “Higher Education” AND “Public policies” AND “Brazil” were used. **Results:** The final sample

<sup>1</sup> Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís - MA.

<sup>2</sup> Laboratório de Adaptações Cardiovasculares ao Exercício (LACORE), São Luís - MA.

<sup>3</sup> Instituto de Ensino Superior Franciscano – IESF, Paço do Lumiar – MA.

<sup>4</sup> Programa de Pós-Graduação em Educação Física (PPGEF – UFMA), São Luís – MA.

<sup>5</sup> Afya Faculdade de Ciências Médicas de Santa Inês, Santa Inês – MA.

<sup>6</sup> Faculdade Santa Luzia – Santa Inês – MA.

<sup>7</sup> UniBras - Faculdade Santa Inês. Santa Inês – MA.

consisted of 09 (nine) articles, which highlighted the main factors that influence the access and retention of people with disabilities in higher education in Brazil. Inequality in access to education in Brazil is aggravated by factors such as income, age, region and lack of preparation of students. In higher education, barriers faced by PwDs include physical accessibility obstacles, lack of adapted materials and, significantly, the presence of prejudice. **Final considerations:** It is possible consider that Brazilian legislation has made significant progress in guaranteeing the educational rights of people with disabilities (PwD), especially in the context of higher education. However, despite advances, reality still faces barriers that demand attention and continuous action.

**Keywords:** People with disabilities, Higher Education, Public policies, Brazil.

---

## RESUMEN

**Objetivo:** Identificar las dificultades de acceso y permanencia de las personas con discapacidad en la educación superior en Brasil. **Métodos:** Se trata de una revisión integradora de la literatura en las bases de datos de Literatura Latinoamericana y Caribeña (LILACS), portal de revistas CAPES y Biblioteca Científica Electrónica en Línea (SCIELO), realizada entre diciembre de 2023 y enero de 2024. Los descriptores “Acceso y permanencia” Y se utilizaron “Personas con discapacidad” Y “Educación superior” Y “Políticas públicas” Y “Brasil”. **Resultados:** La muestra final estuvo compuesta por 09 (nueve) artículos, que resaltaron los principales factores que influyen en el acceso y permanencia de personas con discapacidad en la educación superior en Brasil. La desigualdad en el acceso a la educación en Brasil se ve agravada por factores como los ingresos, la edad, la región y la falta de preparación de los estudiantes. En la educación superior, las barreras que enfrentan las personas con discapacidad incluyen obstáculos de accesibilidad física, falta de materiales adaptados y, significativamente, la presencia de prejuicios. **Consideraciones finales:** Es posible considerar que la legislación brasileña ha logrado avances significativos en la garantía de los derechos educativos de las personas con discapacidad (PcD), especialmente en el contexto de la educación superior. Sin embargo, a pesar de los avances, la realidad aún enfrenta barreras que exigen atención y acción continua.

**Palabras clave:** Personas con discapacidad, Educación Superior, Políticas públicas, Brasil.

---

## INTRODUÇÃO

A educação, conforme estabelecida no artigo inaugural da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/1996), é concebida como um espectro abrangente de processos formativos. Estes se manifestam não apenas nos âmbitos tradicionais das instituições educacionais, mas permeiam também os domínios da vida familiar, das interações sociais, do labor cotidiano, das esferas acadêmicas e científicas, dos movimentos sociais e das organizações civis, bem como das expressões culturais. Essa visão holística reconhece a multifacetada natureza do aprendizado, ocorrendo de modo contínuo e diversificado ao longo da jornada humana em todo esse processo educacional (LDB, 1996)

A tentativa de seguridade de direitos das pessoas com deficiência à educação iniciou-se a partir da década de 1980, sendo um processo recente. Os esforços de vários movimentos sociais para a elaboração da Constituição Federal de 1988 tem destaque na luta pelo direito à educação (BRASIL, 1988). Tem-se a Declaração de Salamanca como marco para a Educação inclusiva, na qual traz a educação inclusiva como a possibilidade de reforçar a ideia de educação para todos. A educação inclusão surge com a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (1948), e pressupõe que todas as crianças e alunos tenham uma resposta educativa num ambiente regular que lhes proporcione o desenvolvimento das suas capacidades (UNESCO,1994).

O advento do Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado pela Lei nº 10.172, datada de 9 de janeiro de 2001, representou um ponto de inflexão significativo na trajetória da política educacional no Brasil. Este plano, meticulosamente concebido, delineou diretrizes e estabeleceu metas que moldaram o curso do sistema educacional do país. Entre essas diretrizes, destacou-se a imperativa promoção da inclusão de pessoas com deficiência em todos os estratos de ensino, inclusive no ensino superior. Onde a consagração da democratização do acesso à educação superior para indivíduos com deficiência, como preconizado pelo PNE

de 2001, reverberou como um feito notável na esfera da política educacional nacional. Este marco substancial não apenas simbolizou um compromisso renovado com os princípios da inclusão e equidade educacional, mas também constituíram um sólido avanço na consolidação dos direitos educacionais desses segmentos da população, conferindo-lhes acesso a oportunidades de aprendizagem antes inalcançáveis (BRASIL, 2001a).

O censo do ensino superior de 2021, revelou que do total de quase 9 milhões de alunos matriculados no ensino superior no Brasil, 63.404 são alunos com deficiência, o que representa cerca de 0,7% do total de alunos matriculados nos cursos de graduação à distância e presencial, representando um crescimento de quase 14% em relação aos números do censo de 2020 (CENSO, 2021). O acesso ao Ensino Superior para pessoas com deficiência no Brasil ainda é recente devido às dificuldades enfrentadas por esse público em todo seu processo de escolarização desde o ensino básico, com barreiras existentes no acesso, na permanência e na conclusão do curso (BRITO AE, et al., 2013).

Antunes KCV e Amorim CC (2020), enfatiza que os alunos com deficiência no ensino superior enfrentam diversos desafios, desde a dificuldade de acesso às instalações físicas devido a barreiras arquitetônicas até obstáculos pedagógicos que demandam adaptações curriculares e metodológicas. Além disso, enfrentam atitudes sociais negativas e estigmas que prejudicam sua integração e experiência acadêmica. A falta de preparo dos docentes para lidar com essa diversidade e a ausência de recursos acessíveis também limitam sua participação e aprendizado. A superação desses desafios requer um esforço conjunto das instituições de ensino, dos educadores e da comunidade acadêmica para garantir a inclusão e o acesso equitativo à educação superior para todos os alunos.

Contudo, é dever das instituições de ensino superior desempenhar um papel de relevância social ao colaborarem na observância das leis, normativas e diretrizes concernentes aos estudantes com deficiência, assegurando, desse modo, sua continuidade nos estudos. Tal comprometimento reflete não apenas em uma perpetuação do acesso ao conhecimento, mas também na promoção de um ambiente educacional mais inclusivo e diversificado (MARCONCIN LIR, et al., 2013).

Neste contexto, é fundamental que as instituições de ensino superior assumam um compromisso firme com a promoção de uma educação inclusiva, cujo objetivo primordial seja garantir a todos os indivíduos o acesso a um ensino de excelência. Tal abordagem não apenas visa proporcionar conhecimento acadêmico, mas também promover o pleno desenvolvimento pessoal de cada aluno, capacitando-os de forma abrangente para uma participação ativa e eficaz na sociedade. Desta forma, a educação superior deve ser concebida como uma ferramenta essencial para a formação de cidadãos conscientes e engajados, preparados para contribuir positivamente com suas comunidades e com a sociedade em geral. Reforçando a importância de uma abordagem educacional que não apenas transmita conhecimento, mas também promova valores de igualdade, justiça e inclusão (ROTH BW, 2008).

Diante do exposto, o presente trabalho teve como objetivo identificar e pontuar as dificuldades de acesso e permanência de pessoas com deficiência (PcD) no ensino superior do Brasil.

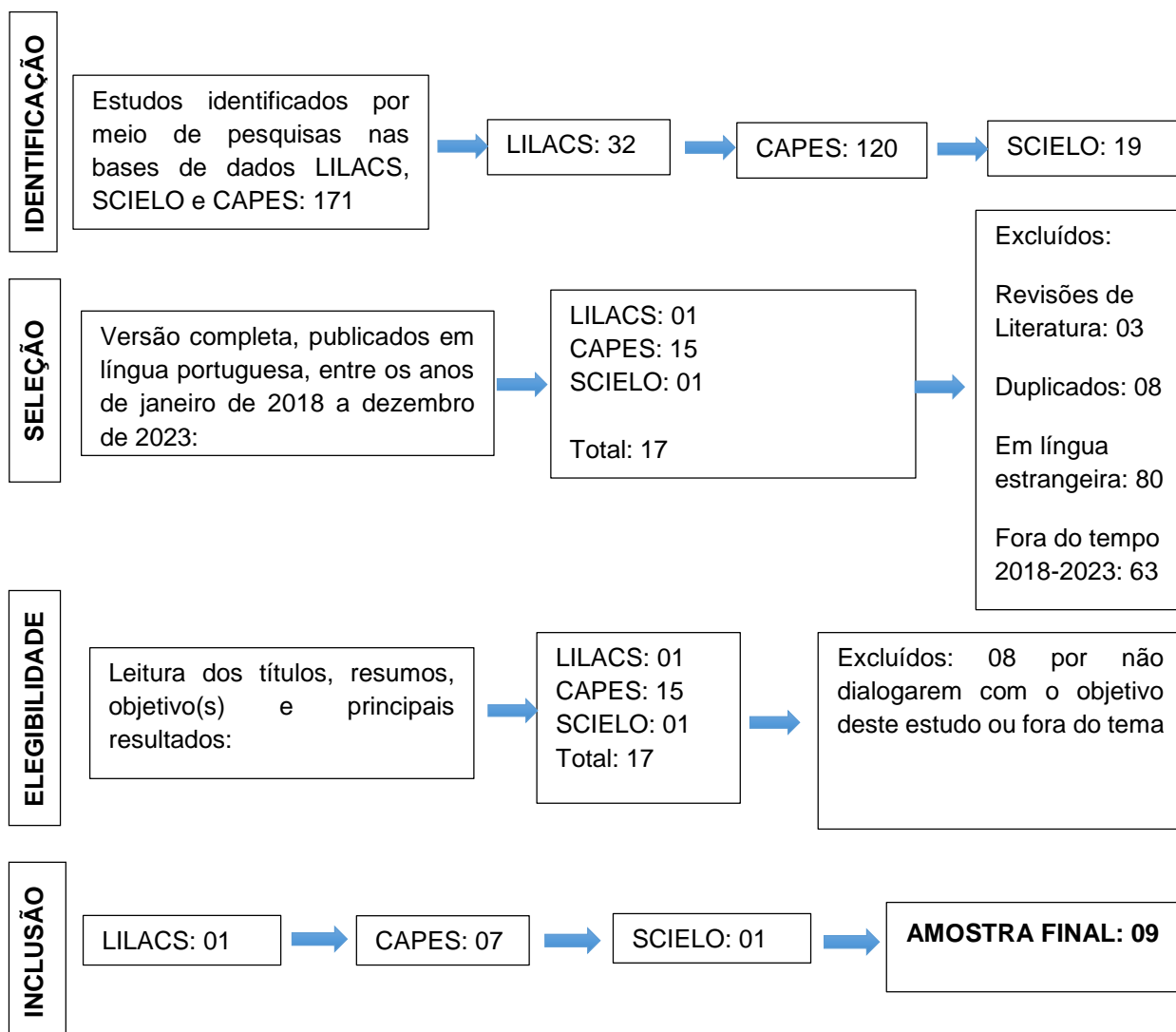
## MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa referente à produção do conhecimento sobre o Acesso e permanência de pessoas com deficiência no Ensino Superior do Brasil. Para a realização desse estudo foram, primeiramente, estabelecidos quais fatores influenciam a não inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior. Assim, no período entre dezembro de 2023 à janeiro de 2024 foi realizado o levantamento bibliográfico, executado nas bases de dados: Literatura Latino Americana e do Caribe (LILACS), Portal de periódicos CAPES e Scientific Electronic Library Online (SCIELO), utilizando as seguintes palavras chave: "Acesso e permanência" AND "Pessoas com deficiência" AND "Ensino Superior" AND "Políticas públicas" AND "Brasil" para o cruzamento dos descritores, totalizando 171 achados, sendo 32 na LILACS e 120 no Portal de periódicos CAPES e 19 no SCIELO.

Em seguida, definiram-se os seguintes critérios de inclusão (filtros): artigos que possuíssem versão completa, publicados em língua portuguesa, porque interessa-nos explorar os fatores que influenciaram a não

inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior no contexto brasileiro entre janeiro de 2018 a dezembro de 2023. Quanto aos critérios de exclusão destacam-se: revisões de literatura, em língua estrangeira, que apareceram mais de uma vez na busca e fora do espaço-tempo determinado. Assim, totalizaram-se 17 textos sendo 01 na LILACS, 15 na CAPES e 01 na SCIELO que seguiram para avaliação de elegibilidade. Esse processo procedeu com a leitura dos títulos, resumos, objetivo (s), e principais resultados, com a finalidade de selecionar apenas os que possuísem relação com o tema investigado. Os achados que dialogavam diretamente com o tema somaram-se em 09 artigos, sendo 01 no LILACS, 07 na CAPES e 01 na SCIELO, conforme a (Figura 1).

**Figura 1** – Fluxograma de identificação e seleção dos artigos.



Fonte: Santos ERV, et al., 2024.

## RESULTADOS

O resultado das buscas presentes foi organizado em um quadro síntese, contendo autor (es) e ano de publicação, o objetivo do estudo e principais conclusões, para, posteriormente, seguir com as discussões (Quadro 1).

**Quadro 1** - Principais achados dos artigos elegidos.

N	Autores (Ano)	Objetivo do estudo	Principais achados
1	SIEMS MMER e OLIVEIRA DS (2019).	Tem como objetivo conhecer a perspectiva de estudante com deficiência que estão matriculados no curso de Psicologia da Universidade Federal de Roraima -UFRR, em relação a questões de acesso, permanência e condições para o sucesso acadêmico.	Com relação ao acesso ao Ensino superior por meio do vestibular, a opinião dos alunos destaca a necessidade de tratar com mais especificidade a condição concreta de cada indivíduo, dentro de sua deficiência, para melhor atendê-los e avaliá-los, com vistas a melhorar o acesso, desde o vestibular até a matrícula. Em relação à permanência, os alunos relatam encontrar apoio no Núcleo Construir de Acessibilidade na UFRR, no aspecto de acesso a recursos tecnológicos e acompanhamento pedagógico e o sucesso acadêmico é vislumbrado à medida em que melhoram as condições de permanência, em especial na interlocução com os demais colegas, que desenvolveram uma postura sensível e colaborativa com os estudantes com deficiência.
2	PAIVA JC e GESSER M (2023).	O objetivo de analisar os discursos de pessoas com deficiência acerca do seu acesso e permanência ao ensino superior.	Os relatos sobre a inserção no ensino superior de maneira geral são marcados pelo enfrentamento de barreiras, influência de políticas públicas, demarcando a entrada de mais pessoas com deficiência no ensino superior, bem como a importância dessa inserção para o processo de aprendizagem e formação de cidadãos.  Bem como relatam, que ainda há despreparo das instituições e desinteresse em modificar as estruturas para que estudantes com deficiência frequentem a universidade, e recai na figura do professor a responsabilização pelo processo ensino-aprendizagem, ainda que eles não tenham recebido formação adequada para tal.  A academia, assim como outros espaços de poder, é um espaço de disputa, em que os atravessamentos de raça, classe, gênero e deficiência são bem relevantes na definição de quem serão os que têm mais poder e menos poder na hierarquia social.
3	ROSA MF, et al. (2022).	Identificar as estratégias para o acesso e a permanência de discentes com deficiência nos cursos de graduação em saúde de uma Instituição de Ensino Superior (IES) do Estado do Rio Grande do Sul, a partir da análise de seus PPCs.	Apesar de os cursos analisados apresentarem em seus documentos institucionais estratégias de permanência como o NIInA, NUDE e modificações no processo de aprendizagem, se observa a carência de reformas nas estruturas físicas e ações para que esses discentes se sintam incluídos no meio acadêmico.  Além disso, evidencia-se a necessidade de investimento de formação em saúde no âmbito do atendimento às pessoas com deficiência, pois a maioria dos PPCs analisados oferecem uma formação generalista no que se refere ao atendimento às populações específicas, em especial as pessoas com deficiência, podendo contribuir para o afastamento deste público aos serviços de saúde.

N	Autores (Ano)	Objetivo do estudo	Principais achados
4	OLIVEIRA MS, et al. (2020).	Discutir sobre o acesso ao ensino superior Às pessoas com deficiências no Brasil.	Qualquer que seja a natureza ou causa da deficiência, os principais desafios a serem enfrentados residem na qualidade das interações e relações com o ambiente e rupturas com múltiplas barreiras insensíveis a diversidade humana, a citar, desde barreiras atitudinais, políticas, comunicacionais, físicas e arquitetônicas que favorecem e sustentam a cultura do capacitismo sobre as pessoas com deficiência.
5	LERIA LA, et al. (2022).	O objetivo geral do presente estudo é analisar o acesso à Educação Superior da PcDv, no intuito de investigar fatores relacionados aos rendimentos acadêmicos na avaliação em larga escala do Enem.	Somente uma pequena parcela dos estudantes com deficiência visual chegam a realizar o exame do Enem e os que conseguem, possivelmente, encontram problemas de acessibilidade na prova, quando possuem algum tipo de deficiência mais severa, o que compromete seu resultado no exame e o seu acesso à Graduação. Assim, pode-se afirmar que as políticas educacionais de acesso à Educação Superior que utilizam a nota do Enem não se aplicam a parte dessa população, excluída dos benefícios da Educação Superior subsidiada pelo Estado, devido às barreiras do exame.
6	GUIMARÃES MCA, et al. (2021).	Analisar, a partir do Modelo Social da Deficiência, as trajetórias escolares de uma amostra de estudantes cotistas de uma instituição pública de Ensino Superior, antes do ingresso nesse nível de ensino.	Os dados indicaram que, apesar dos alunos encontrarem obstáculos para descrever explicitamente o efeito da Política de 2008 em sua jornada educacional, a oportunidade de frequentar uma escola regular foi um fator distintivo que viabilizou a entrada no Ensino Superior.
7	CABRAL RLG, et al. (2022).	Consiste numa provocação e reflexão acerca das medidas implementadas pelo Estado em prol da inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior, em especial após a edição da Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016, e da Portaria Normativa n. 13, de 11 e maio de 2016.	Portanto, o acesso a um sistema educacional inclusivo pelas pessoas com deficiência poderá lhes proporcionar a coleta do conhecimento teórico, prático e crítico necessário à formação de profissionais competentes e cidadãos conscientes dos seus papéis na sociedade. Pensar uma educação inclusiva vai além do acúmulo de conteúdos formacionais enciclopédicos. É também dotar de autonomia os indivíduos para que não sujeitem suas vidas a tomadas de decisões das quais não participam. Não se pode naturalizar que a deficiência seja um obstáculo para o reconhecimento da dignidade. Superar isso passa pela ocupação dos espaços de educação do ensino superior por estas pessoas.

N	Autores (Ano)	Objetivo do estudo	Principais achados
8	GARCIA RAB, et al. (2018).	Verificar como alunos com deficiência, de uma Instituição Pública de Educação Superior de uma cidade no interior do Paraná, percebem as reais condições de acesso e permanência na universidade.	Os resultados indicam que, no contexto abordado, a referida instituição tem demonstrado uma adaptação satisfatória às diretrizes estabelecidas pelas políticas públicas de inclusão, especialmente no que concerne à acessibilidade no âmbito do Ensino Superior. Entretanto, evidenciam-se limitações quanto às condições de permanência desses estudantes, o que acarreta em obstáculos significativos para o pleno acesso ao conhecimento.
9	BRUNHARA JA, et al. (2019).	Comparar e analisar atitudes sociais de alunos e professores de uma Instituição de Ensino Superior, a respeito da inclusão de alunos com deficiência, consideradas em função das variáveis: gênero, idade e áreas de conhecimento dos participantes.	Foram examinadas e contrastadas as perspectivas sociais sobre a inclusão de estudantes com deficiência por parte de professores e alunos, considerando variáveis como gênero, idade e área de estudo, em relação aos seus níveis de concordância com um questionário. Evidenciou-se a importância de investigações mais detalhadas sobre os fatores que podem afetar as atitudes sociais ligadas à inclusão e retenção dessa comunidade nas instituições de ensino superior.

Fonte: Santos ERV, et al., 2024.

## DISCUSSÃO

### Percepção das pessoas com deficiência sobre o acesso ao Ensino Superior do Brasil

De acordo com Oliveira MS et al. (2020), a análise conduzida na pesquisa, indica que a presença de estudantes com deficiência no Ensino Superior é extremamente reduzida, representando menos de 0,5% do total de matrículas. É relevante ressaltar que a maioria desses alunos é afetada por deficiências visuais, auditivas ou físicas, enquanto casos de deficiência intelectual são pouco comuns. Essa constatação reforça a consistência entre os tipos de deficiência examinados nos estudos integrantes da revisão, fortalecendo, assim, os resultados apresentados.

De acordo com Siems MMER e Oliveira DS (2019) estudantes do curso de psicologia da Universidade Federal de Roraima, com deficiência visual que participaram da pesquisa relatam as dificuldades durante a realização das provas, tais como, a forma generalizada no atendimento, sem olhar para especificidade de cada pessoa com deficiência e o suporte prestado pelos profissionais que auxiliam durante a realização das provas. Atualmente a principal forma de ingressar em universidades é através da realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou de outros vestibulares, com isso, é importante que se tenha um bom desempenho para alcançar boas vagas.

Paiva JCM e Gesser M (2023) em seu presente estudo, conduzido com 16 indivíduos portadores de diferentes tipos de deficiência (física, visual, intelectual e autismo), matriculados ou já graduados no ensino superior, são expostas as percepções desses indivíduos acerca do acesso às instituições de ensino superior. Observou-se que, em alguns casos, a questão financeira emerge como um obstáculo significativo para a entrada no ensino superior, enquanto a presença de políticas públicas, como o Programa Universidade para Todos (ProUni), foi apontada como um facilitador, possibilitando a obtenção de bolsas integrais de estudo em universidades particulares.

No estudo conduzido por Garcia RAB et al. (2018), que envolveu a participação de cinco estudantes com deficiência matriculados em uma instituição de ensino superior localizada no interior do Paraná, foram

observados resultados significativos. Entre os participantes, dois apresentavam deficiência visual, um deficiência auditiva, um deficiência física e um visão subnormal. Destaca-se que dois desses alunos solicitaram e receberam atendimento especial durante a realização do vestibular. Em suas avaliações, expressaram satisfação em relação ao suporte oferecido, indicando que as adaptações para suas necessidades específicas foram percebidas como positivas, proporcionando-lhes maior confiança e segurança durante a realização das provas.

Diante da situação apresentada, é de suma importância compreender os motivos e os fatores que influenciam o acesso das pessoas com deficiência ao ensino superior. Apesar da existência de leis que garantem sua admissão e regulam o acesso desses estudantes às instituições de ensino superior, a realidade enfrentada por eles continua distinta. É fundamental reconhecer que as barreiras enfrentadas por essa população são multifacetadas, incluindo desde obstáculos físicos e materiais até desafios pedagógicos e sociais. Além disso, a falta de recursos adequados e de políticas efetivas de inclusão contribui para a persistência dessas disparidades. Diante disso, é imperativo ouvir as experiências e perspectivas das pessoas com deficiência para identificar suas necessidades específicas e, a partir daí, desenvolver soluções relevantes e eficazes.

### **Desafios e garantias a educação de pessoas com deficiência**

No Art. 27 da Lei nº 13.146 determina que “A educação constitui direito da Pessoas com Deficiência (PcD), assegurados a ela sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida” (Brasil, 2015, p. 4). Dessa forma, a LBI assegura os direitos educacionais da PcD em diferentes níveis, incluindo a Educação Superior. Nesse contexto surge as Políticas de Educação Especial, na qual têm sido elaboradas sob as pressões de diferentes segmentos sociais. (KASSAR MCM, et al., 2019).

Por anos as PcDs passam por desafios e existe a necessidade de eliminação da discriminação por parte da sociedade, seja ela considerada socialmente avançada ou não. No Brasil, com a vigência da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), é garantido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996), no Capítulo III, art. 4º, inciso III, que é dever do Estado garantir o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino. Apesar do crescente aumento de leis que assegurem o direito a educação de pessoas com deficiência, não é a realidade do país.

Segundo Pires A (2015) e Santos GQ (2019) três fatores com a ocorrência simultânea impactam profundamente a desigualdade no acesso à educação no Brasil, que são: renda, idade e região. Garcia (2018) afirma em seu estudo que os obstáculos enfrentados por PcD no ensino superior; são barreiras de acessibilidade para chegar a determinados lugares e falta de acessibilidade aos materiais que garantam a este aluno desenvolver suas atividades acadêmicas em igualdade com os demais, promovendo o acesso ao conhecimento, entre outras dificuldades.

No estudo de Jailma S e Adriana P (2022) os alunos destacaram os obstáculos que enfrentam para assegurar sua permanência na universidade. Enfrentam dificuldades relacionadas às condições físicas, materiais, pedagógicas e de comunicação, mas principalmente às barreiras sociais, que prejudicam não só a utilização dos espaços e recursos, mas também geram tensões que podem motivar uma busca por soluções coletivas e inovadoras. Algumas pesquisas indicam que há muito por fazer e uma escassez de recursos financeiros destinados às instituições de ensino superior, o que dificulta ainda mais a implementação do planejado. (CANTARONI JRH, et al., 2020).

Outra barreira enfrentada é a presença de preconceito, um tema crucial a ser abordado no contexto da educação inclusiva. As políticas, informações e orientações disponíveis revelam-se insuficientes para promover a mudança de atitude tanto por parte dos educadores quanto dos alunos em relação às minorias, que se tornam alvos potenciais.

O preconceito não apenas reduz as oportunidades de interação, mas também gera uma falsa generalização que desconsidera argumentos baseados na vivência da realidade externa (ADORNO TW e HORKHEIMER M, 1985; CROCHÍK JL, et al., 1997).



Além disso, há, igualmente, uma série de desafios que se apresentam aos educadores quando se deparam com a presença de estudantes com deficiência em suas turmas. Estudos realizados em diversos níveis educacionais têm indicado que a atitude e abordagem adotadas pelos professores desempenham um papel crucial não apenas na continuidade do percurso acadêmico desses alunos, mas também na integração bem-sucedida destes com seus colegas de classe (LEÓN MJ, 1994; MITTLER P, 2003). Contudo, nem sempre o docente possui uma inclinação favorável ao ensino de estudantes com necessidades especiais.

Além das barreiras apresentadas, as dificuldades financeiras, frequentemente decorrentes de diversos tratamentos, impõem a necessidade de ampliar o tempo dedicado ao trabalho para esse grupo. Outro desafio crucial é a manutenção da motivação para concluir a graduação diante das incertezas e das dificuldades de inserção no mercado de trabalho. As condições que comprometem a permanência no ensino superior, mesmo com a oportunidade de ingressar na faculdade atualmente, estão sujeitas a circunstâncias que demandam tanto intervenções significativas (físicas e estruturais) quanto outras mais simples e imediatas. Esses fatores contribuem para minar a continuidade do processo educacional para estudantes universitários com deficiência. (DUSSILEK CA e MOREIRA JCC, 2017)

Nesse sentido, é imprescindível reconhecer os avanços ocorridos na legislação brasileira e na abordagem da política de inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior ao longo das últimas duas décadas, apesar das críticas ainda presentes. Tais iniciativas têm o mérito de criar um ambiente mais propício, permitindo que esses indivíduos ampliem suas perspectivas e se preparem devidamente para ingressar no mercado de trabalho e participar ativamente da vida cidadã. No entanto, para que tais avanços sejam efetivamente materializados, é imperativo que haja uma efetiva implementação dessas políticas nos ambientes educacionais, bem como uma conscientização mais ampla por parte da sociedade e das próprias instituições de ensino superior acerca da importância e dos benefícios da inclusão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise evidencia o progresso significativo da legislação brasileira em garantir os direitos educacionais das pessoas com deficiência (PcD), especialmente no ensino superior. No entanto, persistem desafios que demandam atenção e ação contínua. A implementação eficaz de medidas para promover o acesso pleno, ainda não se concretizou completamente, revelando uma lacuna entre a legislação e a realidade vivenciada pelas PcDs. A desigualdade no acesso à educação é agravada por fatores socioeconômicos, demográficos e pela falta de preparo dos educadores. No ensino superior, as barreiras vão desde acessibilidade física inadequada até a escassez de materiais adaptados e preconceito, prejudicando a interação e perpetuando estereótipos. Reconhecer os avanços legais e de conscientização sobre a inclusão é crucial, visando um ambiente educacional mais equitativo. Deve haver iniciativas para criar oportunidades para que as PcDs, participem plenamente da vida cidadã, destacando a importância da conscientização e da implementação de práticas inclusivas por parte das instituições de ensino e da sociedade em geral.

---

## REFERÊNCIAS

1. ADORNO TW e HORKHEIMER M. *Dialética do Esclarecimento*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1969, 1985.
2. ANTUNES KCV e AMORIM CC. Os desafios da docência no ensino superior frente a inclusão de pessoas com deficiência nas universidades. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, p. 1465-1481, 2020.
3. BRASIL (2001a). Lei n.10.172, de 09 de janeiro de 2001: Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Retirado em 12/11/2004, do: Presidência da República Federativa do Brasil no World Wide Web: <http://www.presidencia.gov.br/>
4. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
5. BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994
6. BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, Secretaria-Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2015.

7. BRITO AE, et al. Educação especial e inclusiva no ensino superior. *Revista Educação*, 2013; 16(20-21): p14-20.
8. BRUNHARA JA, et al. Acessibilidade da pessoa com deficiência no ensino superior: atitudes sociais de alunos e professores de uma instituição de ensino superior. *Revista CEFAC*, 2019; 21.
9. CABRAL RLG, et al. A implementação do direito à educação superior das pessoas com deficiência no Brasil: avanços e desafios pendentes na agenda de concretização da cidadania. *Pensar-Revista de Ciências Jurídicas*, 2022; 27(4): 14-14.
10. CANTORANI JRH, et al. A acessibilidade e a inclusão em uma Instituição Federal de Ensino Superior a partir da lei n. 13.409. *Revista Brasileira de Educação*, 2020; 25: e250016.
11. CROCHÍK JL, et al. Preconceito e atitudes em relação à educação inclusiva. *Psicologia Argumento*, Curitiba, 2006; 24(46): 55-70.
12. DUSSILEK CA, et al. Inclusion in higher education: a systematic review of the conditions presented to students with disabilities. *Research, Society and Development*, 2017; 6(4): 317-341.
13. GARCIA RAB, et al. Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência. *Psicologia Escolar e Educacional*, 2018; 22: 33-40.
14. GUIMARÃES MCA, et al. Trajetórias de alunos com deficiência e as políticas de educação inclusiva: Da Educação Básica ao Ensino Superior. *Revista brasileira de educação especial*, 2021; 27.
15. INEP. Sinopse Estatística da Educação Superior 2021. Brasília: Inep, 2022.
16. JAILMA S e ADRIANA P. A inclusão no ensino superior: vivências de estudantes com deficiência visual. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 2022; 28: e0012.
17. KASSAR MCM, et al. Embates e disputas na política nacional de Educação Especial brasileira. *Educação e Pesquisa*, 2019; 45: 1-19.
18. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. BRASIL
19. LEÓN JM. La perspectiva del profesor tutor sobre los problemas de la integración de los niños con necesidades educativas especiales. *Revista de Educación Especial*, Barcelona, 1994; 14: 77-83.
20. LERIA LA, et al. O acesso do estudante com deficiência visual à educação superior: análise dos microdados do exame nacional do ensino médio (ENEM). *Educação em Revista*, 2022; 38.
21. MARCONCIN LIR, et al. O olhar do surdo: traduzindo as barreiras no ensino superior. *Ensaio Pedagógico: revista eletrônica do curso de Pedagogia das Faculdades OPET*, 2013; 5.
22. MITTLER P. Educação Inclusiva: Contextos Sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.
23. OLIVEIRA MS, et al. O acesso de estudantes com deficiência no ensino superior e sua relação com o projeto de sociedade existente. *Práxis Educacional*, 2020; 16(41): 167-183.
24. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, 10 dez. 1948.
25. PAIVA JCM e GESSER M. Acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior: participação na academia científica como forma de ativismo político. *Revista Educação e Políticas em Debate*, 2023; 12(3): 1117–1131.
26. PIRES A. Renda familiar e escolaridade dos pais: reflexões a partir dos microdados do Enem 2012 do Estado de São Paulo. *ETD - Educação Temática Digital*, 2015; 17(3): 523-541.
27. ROSA MF, et al. Análise de Estratégias para Acesso e Permanência de Discentes com Deficiência no Ensino Superior. *Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas*, 2022; 23(4): p. 610–616.
28. ROTH BW. Experiências educacionais inclusivas II: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2008
29. SANTOS QUADROS G. Os efeitos das desigualdades regionais nos resultados do Enem: uma análise a partir dos microdados de 2018. 2019. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de Ciências Econômicas). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.
30. SIEMS-MARCONDES MER e OLIVEIRA DS. Ensino superior na perspectiva da pessoa com deficiência, condições de acesso, permanência e sucesso. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, 2019; 5(2): p. 342-359.